



## A REDE URBANA: BREVES CONSIDERAÇÕES DAS INTERAÇÕES ESPACIAIS REGIONAL DE SANTA CATARINA

Rafael Matos Felácio <sup>1</sup>

### RESUMO

O texto em questão objetiva apresentar de forma sucinta a literatura sobre a temática – rede urbana e as bases teóricas metodológicas. Será apresentado com base em pesquisa em andamento em nível de doutorado as concepções teóricas e conceituais dos estudos e metodologias buscando contextualizar com a realidade urbana do estado de Santa Catarina e com o estudo do REGIC 2018 e suas formas de interações espaciais. Para tanto, na parte inicial do texto, será feito uma breve caracterização da literatura, bem como suas contribuições teóricas e, na última parte, será dado ênfase nos estudos e caracterização da rede urbana de Santa Catarina e suas formas de interações espaciais. O resultado, portanto, é contribuir com um levantamento da literatura sobre tal temática nas variações escalares e apresentar uma sucinta caracterização da rede urbana de Santa Catarina e suas centralidades regionais.

**Palavras-chave:** Rede urbana, Santa Catarina, Interações espaciais.

### ABSTRACT

The text in question aims to succinctly present the literature on the subject - urban network and the theoretical methodological bases. Based on ongoing research at the doctoral level, the theoretical and conceptual conceptions of studies and methodologies will be presented, seeking to contextualize with the urban reality of the state of Santa Catarina and with the study of REGIC 2018 and forms of spatial interactions. Therefore, in the initial part of the text, a brief characterization of the literature will be made, as well theoretical contributions and, in the last part, emphasis will be placed on the studies and characterization of the urban network of Santa Catarina and forms of spatial interactions. The result, therefore, is to contribute with a survey of the literature on this theme in scalar variations and present a succinct characterization of the urban network of Santa Catarina and regional centralities.

**Keywords:** Urban network, Santa Catarina, Spatial interactions.

### INTRODUÇÃO

Inicialmente é importante mencionar que os estudos sobre rede urbana têm se constituído em importante “tradição” no âmbito da Geografia. Conforme Corrêa (1994), tal importância deriva da consciência do significado que o processo de urbanização contemporânea passou a ter, sobretudo, a partir do século XIX. A rede urbana, que no mundo contemporâneo além de

---

<sup>1</sup> Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina: rafaelmfdoutorado@gmail.com



estar intrinsecamente ligado ao processo de urbanização, no qual forçou mudanças cruciais na sociedade do momento, pode ser vista como uma das mais variadas formas de materializar as etapas da produção capitalista globalizada. Corrêa (1994) elenca que a rede urbana passou a ser uma das formas das quais produção, distribuição, circulação e consumo se realizam efetivamente com fortes interações espaciais no mundo globalizado.

Nessa perspectiva, cabe mencionar que o desenvolvimento e estudos sobre o tema são hodiernos e têm sido abordados pelos geógrafos à luz de diferentes vias e seu debate tem suas raízes teóricas na matriz epistemológica da ciência Geográfica. Parafraseando Corrêa (1994), sua origem iniciou-se pela complexa e heterogênea Geografia alemã, transitando entre os geógrafos denominados possibilistas franceses e percorrendo o campo teórico do planejamento urbano e regional via geógrafos britânicos.

Ainda na linha histórica, é a partir de 1955 que ocorre o processo de difusão dos estudos sobre redes urbanas no campo da Geografia teórica e Geografia econômica, na qual o pensamento geográfico brasileiro entra com pioneiros estudos. Os mais importantes estudos dizem respeito à “diferenciação das cidades em termos de suas funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana, as relações entre cidade e região” (CORRÊA, 1994. p. 10).

O desenvolvimento histórico-teórico e conceitual sobre redes urbanas nos possibilita estudar uma especificidade da totalidade que se expressa no território, nesse caso, em sua configuração e dinâmica urbana de Santa Catarina. De início, esses apontamentos partem da concepção teórica-conceitual na qual compreende a rede urbana como um conjunto funcionalmente articulado de centros – cidades que se constituem na estrutura territorial, sendo possível, por meio da rede urbana, caracterizar a criação, apropriação e circulação do valor excedente, o que destacamos aqui, as formas de interações espaciais.

E sobre essa categoria/conceito de análise cabe mencionar os estudos dos autores Cocco e Silveira (2010) que apresentam o estado da arte dessa temática e sua importância para que possamos compreender ainda mais a contraditória manifestação do movimento circulatório do capital. Nesse sentido, é primordial destacarmos as formas de interações espaciais – guardadas as suas escala de estudo, pois segundo Cocco e Silveira (2010) às relações entre produção do espaço, a circulação do capital, e a circulação de mercadoria da força de trabalho é fundamental para reprodução do próprio capital.

Portanto, reforça destacarmos que nos estudos da rede urbana – contradição dialética do movimento circulatório do capital, é de suma importância e apontar quais e como ocorrem essas



formas de interações espaciais, pois como bem destaca Corrêa (1997) essas formas de interações são componentes do espaço geográfico e como um amplo e diversos deslocamento multidirecional de mercadorias, pessoas, capitais e informações nas suas mais variadas velocidades e tipos de fluxos. E assim, recorrendo a Santos (1999) fluxos esses resultantes portanto, da materialidade construída (sistemas de objetos) e da imaterialidade (sistemas de ações).

Há que se considerar que a produção e a forma de organização espacial entre cidades produtoras, comerciais e consumidoras não é resultado unicamente do modo de produção capitalista, ela antecede ao capitalismo, o que implica dizer que a rede urbana não é fenômeno exclusivo do capitalismo, é uma acumulação com tipologias diferentes historicamente construídas no espaço e no tempo. Nesse sentido, esse fenômeno (rede urbana) passou a apresentar novas tipologias a partir do processo de “consolidação” do capitalismo, sobretudo, da fase industrial e do processo de financeirização da economia. Que resultou, por conseguinte, (re)hierarquização urbana imposta em certa medida pela expansão de novas ofertas de produtos e serviços, novos centros de troca e consumo.

Isso posto, há de se considerar, portanto, de que a rede urbana é “produto” da estrutura territorial (material ou imaterial) – resultada da formação socioespacial e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas, que construí formas distintas de interações espaciais. Corrêa (2006) vai caracterizar, portanto, que a rede urbana é uma das, se não a mais, expressiva forma de expressão das redes geográficas, essas que são produtos do modo de produção que “seleciona” determinados locais para os mais variados investimentos que, em certa medida, são definidos de acordo com a lógica e perspectiva da organização espacial. Organização essa que passa necessariamente pela formação socioespacial e do desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, nessa perspectiva os fluxos sobre o território em questão são importantes elementos para entender a dinâmica e formação das redes a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos.

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. [...] fixos e fluxos, interagindo, expressam a realidade geográfica, e é desse modo que conjuntamente aparecem como objeto possível para a Geografia (Santos, 1999).



Esta relação entre fluxos e fixos – com o fluxo entre fixos e subespaços representando a própria interação espacial se manifestando – é a causa de novos fenômenos, de transformações dos elementos que compõem os fluxos, mas também dos fixos, dos objetos espaciais e subespaços que comunicam. No movimento de transformação em direção ao desenvolvimento, fluxos e fixos se complexificam, com as interações entre formações materiais se diversificando e os objetos técnicos se tornando cada vez mais artificiais.

A rede urbana, portanto, pode ser uma das formas de materialização da criação, apropriação e circulação do valor excedente, do movimento circulatório do capital que pode estar presente, ora na esfera da produção, ora em atividades diversas seja do (serviços, do comércio, da indústria ou do capital financeiro) – divisão produtiva do presente, como acumulação histórica, desigual e combinada, que por sua vez caracterizam os indicativos da configuração da rede urbana de Santa Catarina e sua dinâmica.

### **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A REDE URBANA DE SANTA CATARINA**

Nesse tópico objetiva-se caracterizar alguns elementos sobre a rede urbana de Santa Catarina. Para tanto, cabe elencar que as relações econômicas, sociais e políticas historicamente e dialeticamente articuladas na escala nacional, estadual e regional são centrais na formação dessa rede. Nesse sentido, será apresentado os centros urbanos no estado catarinense, pois “os centros urbanos como organismos funcionais inscritos num espaço maior e exterior, com o qual mantêm relações, têm sido cada vez mais objetos dos estudos de Geografia Urbana (CORRÊA, 1967, p. 93). Os geógrafos passaram a pesquisar a temática rede urbana com variados enfoques e vias, sendo que o que mais se destacava, eram o estudo sobre diferenciação das cidades levando em consideração suas funções; as relações entre demografia e desenvolvimento; a hierarquia urbana; as relações entre cidades e regiões, o que passa atualmente, pela classificações funcionais das cidades de Santa Catarina.

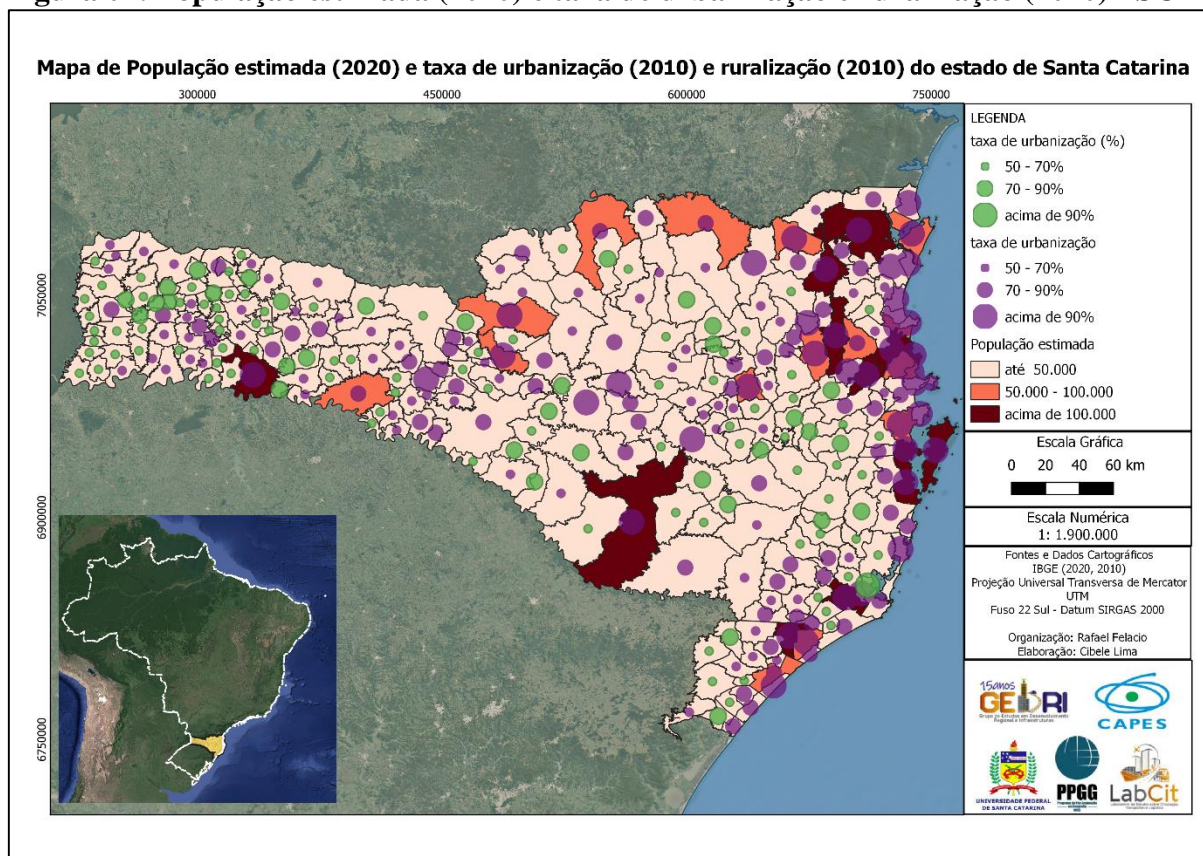
Para Corrêa (1994), a centralidade que determinada cidade possui, é construída e determinada diante da influência que a sua localidade central exerce dentro dessa área, algo que é caracterizado pelo movimento de consumidores que efetivamente se deslocam para a localidade central em busca de obtenção de bens e serviços consumidos com maior frequência seja diariamente ou semanalmente, não disponíveis no seu local de vivência e que são consumidos com menos frequência. Essa perspectiva de centralidade depende, também, do que Corrêa (1994) elenca como alcance espacial mínimo, ou seja, não existirá centralidade sem que ao entorno dessa centralidade exista quantidade suficiente de consumidores ou uma atividade



comercial, de serviços ou administrativo que tenha sua existência assim exigida e viável, o que explica a construção de certas centralidades que configuraram a rede urbana ou redes geográficas.

Por ora, cabe elencar que o estado catarinense tem atualmente 295 municípios e, segundo dados do IBGE (2020), possui 7.164.788 milhões de habitantes concentrando 39% da população basicamente em apenas 11 cidades, que são: Joinville, com 590.466 mil habitantes; Florianópolis, com 500.973 mil; Blumenau, com 357.199 mil; São José, com 246.586 mil; Itajaí, com 219.536 mil; Chapecó, com 220.367 mil; Criciúma, com 215.180; Palhoça, com 171.797 mil; Lages, com 157.544 mil; Balneário Camboriú, com 142.295 mil e Turbarão, com 105.686 mil habitantes. Dados esses presentes na (figura 01) na qual caracteriza a distribuição populacional no estado bem como a taxa de população urbana e rural.

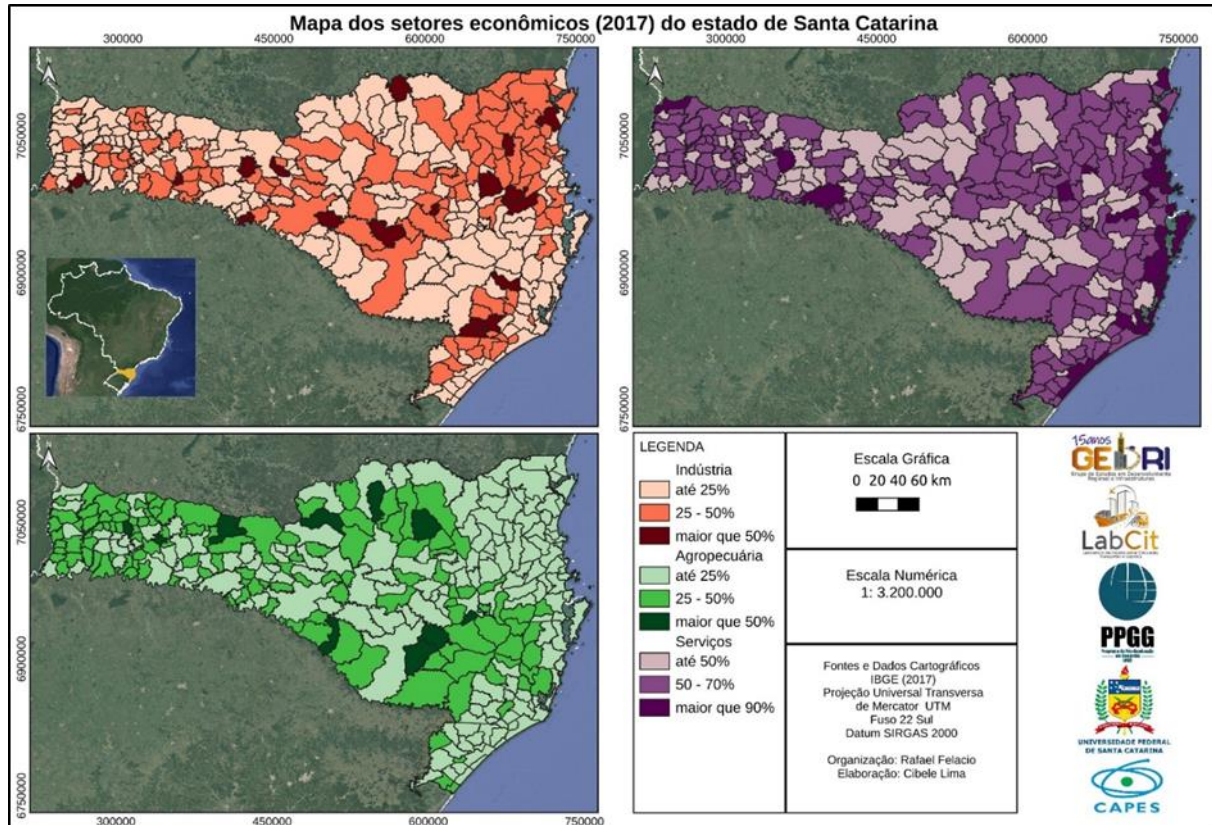
**Figura 01: População estimada (2020) e taxa de urbanização e ruralização (2010) - SC**



Diante desse contexto, em que basicamente 11 cidades desempenham papel significativo no espaço urbano e, por conseguinte na rede urbana de Santa Catarina, e que tais cidades são primordiais na realização do cotidiano de quase 40% da população catarinense e exercem centralidades regionais, predominando assim a maior dinamização econômica do estado – divisão territorial do trabalho (figura 02). O que implica dizer que na estrutura produtiva e funcional (cidades) do estado algumas cumprem o “poder” de centralidade na produção

industrial e agrária; distribuição de mercadorias; circulação de pessoas e informação; consumo com ênfase nos serviços.

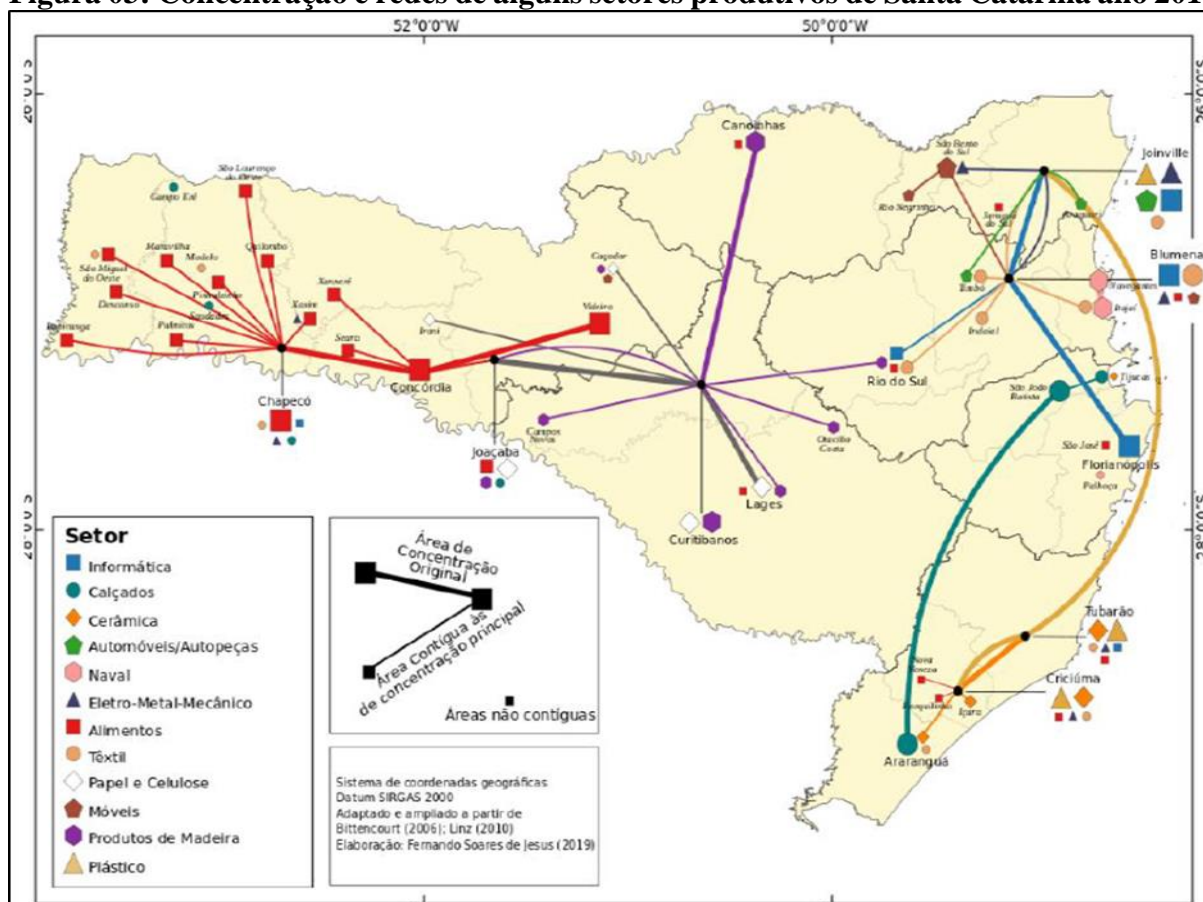
**Figura 02: Setores econômicos ano de 2017 do estado de Santa Catarina**



Cabe elencar que as atividades produtivas no estado, historicamente se desenvolveram regionalmente e caracterizam-se de forma especializada. Cario e Fernandez (2010, p. 201), elencam que a organização industrial do estado pode ser vista “sob o prisma de aglomerações urbanas”. Em 2010, a maior parte dos estabelecimentos industriais estava localizada nas mesorregiões do Vale do Itajaí, Norte e Sul catarinenses, perfazendo 70,3% (CARIO; FERNANDEZ, 2010). Contudo, duas características são marcantes na distribuição territorial das atividades produtivas e conforme a distribuição dos setores econômicos (figura 02) podemos elencar algumas cidades como primordial atuação na rede urbana de Santa Catarina e na centralidade regional, exemplos: Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Blumenau, Itajaí, Joinville e Lages. Essas e outras cidades exercem influência direta na organização urbana – rede urbana. Conforme Cario e Fernandes (2010), apresenta-se os setores produtivos com suas respectivas áreas de concentração e as suas áreas contíguas e não contíguas, conforme representação da (figura 3).



Figura 03: Concentração e redes de alguns setores produtivos de Santa Catarina ano 2010

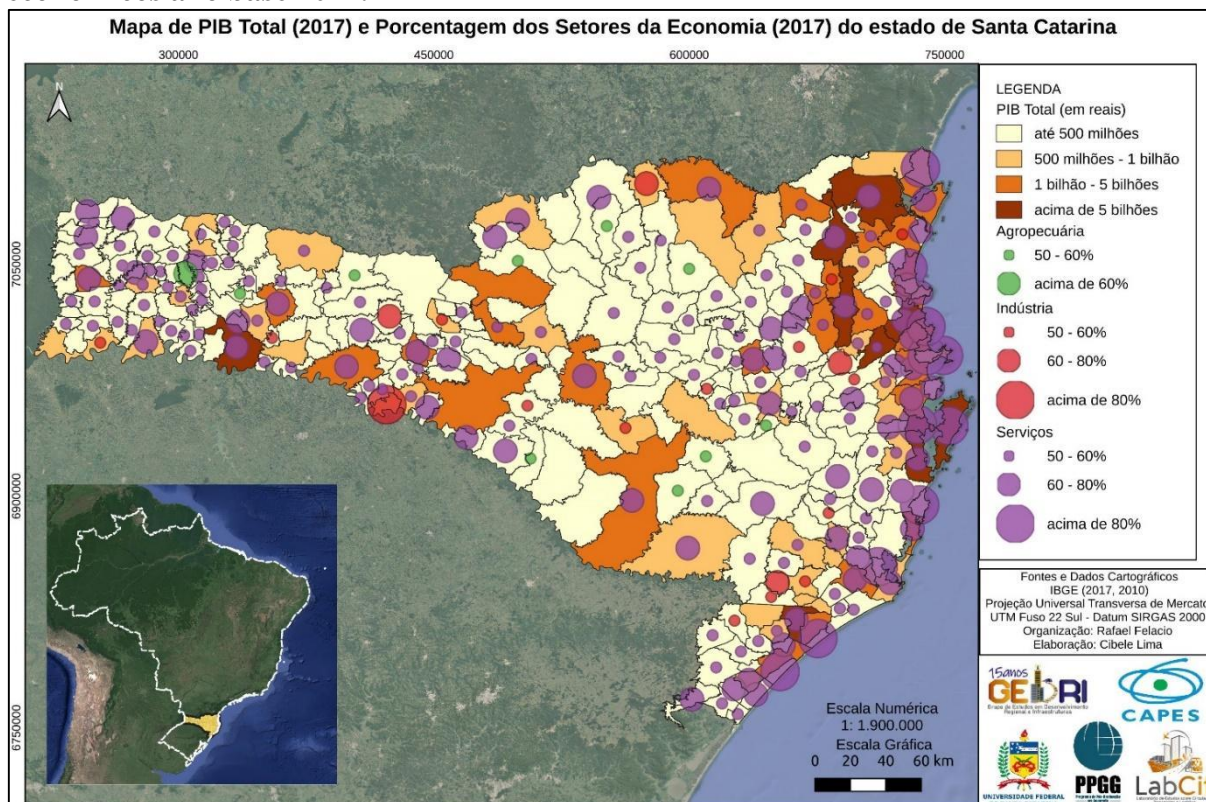


Nesse sentido, diante da caracterização sobre a organização produtiva e o papel central que algumas cidades apresentam, cabe elencar que Corrêa (1994) menciona à existência das diferenças entre as cidades no que se refere às suas funções, e que o conhecimento dessa diferenciação é relevante para a compreensão da organização espacial, para a qual a divisão territorial do trabalho é uma das mais expressivas características. Nessa esteira conceitual e temporal o termo classificação funcional das cidades, segue critérios, ora político, ora econômico e ou cultural, entre outros que permitam tal classificação das cidades em cidades funcionais, tais como: cidades de administração, defesa, cultura, produção, coleta transferência, distribuição e recreação.

Portando, podemos entender a rede urbana de Santa Catarina conforme a centralidade que cada cidade ocupa, seja pelo número de pessoas; tamanho e a distribuição dos núcleos de povoamento, que podem variar, mas que todos são considerados localidades dotadas de funções centrais que, guardadas as suas proporções e escalas de atuação, se complementam regionalmente ou exerce sua influência regional, sendo que a centralidade (figura 04) de cada núcleo tem como premissa o grau de importância que terá a partir das suas funções centrais.

Dessa forma, utilizando-se das atividades econômicas que apresentam maior importância é possível apontar as cidades centrais e da rede urbana no espaço urbano catarinense.

**Figura 04: Porcentagem da participação dos municípios de Santa Catarina nos setores econômicos ano base 2017.**



A partir do mapeamento das atividades agropecuária, industrial e de serviços, pode-se inferir que a formação socioespacial gerou uma divisão territorial do trabalho e, por conseguinte a etapas de (produção, distribuição, circulação e consumo) são elementos atuantes diretamente na formação da rede urbana de Santa Catarina. O que implica dizer, que o processo de formação, configuração e dinâmica da rede urbana de Santa Catarina são consequências da acumulação desigual das forças produtivas que geraram desequilíbrios regionais, o que por sua vez, criou-se estágios distintos de desenvolvimento também das infraestruturas (transportes e comunicação) responsáveis pelo movimento circulatório do capital. Dessa forma, utilizando-se das atividades econômicas que apresentam maior importância é possível apontar as cidades centrais e a rede urbana no espaço urbano catarinense.

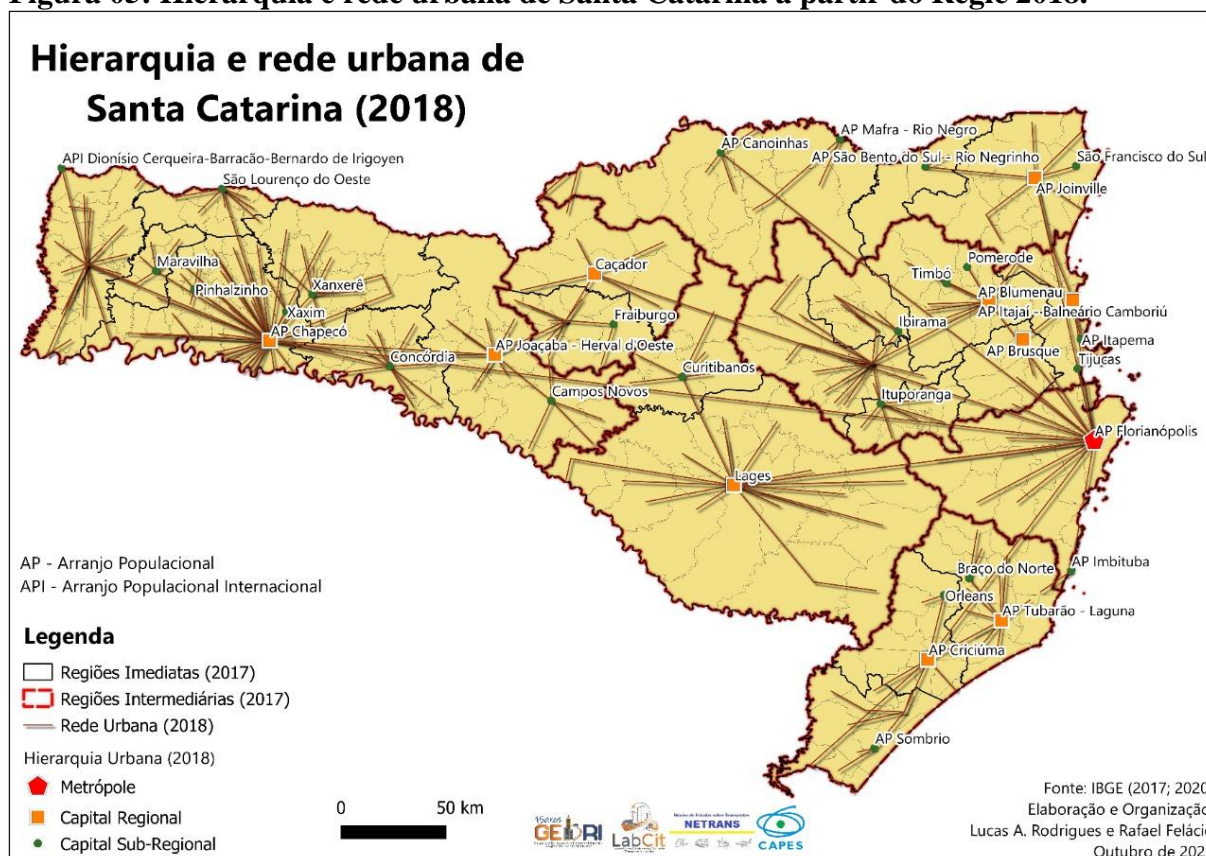
A premissa aqui, portanto, é de que a rede urbana é um fenômeno a posteriori do estágio de desenvolvimento (forças produtivas) no qual determinada sociedade está. Dito de outra forma, mudanças nas forças produtivas, conseqüentemente ocasionará mudanças na rede urbana, sendo que, o papel das forças produtivas atuantes e formadoras de uma certa divisão territorial do trabalho produzirá interações espaciais criadoras e geradores de (redes, circulação



da produção). Isso quer dizer que, as tipologias das redes, a centralidades e hierarquia urbana – expressa via rede urbana, são consequência das formas de interações espaciais que a própria lógica produtiva do capitalismo produz – divisão territorial do trabalho, que impõe nesse caso sobre o território catarinense em estágios de desenvolvimento desigual, porém combinado.

O que implica dizer, que o processo de formação, configuração e dinâmica da rede urbana de Santa Catarina são consequências da acumulação desigual das forças produtivas que geraram desequilíbrios regionais, o que por sua vez, criou-se estágios distintos de desenvolvimento também das infraestruturas (transportes e comunicação) responsáveis pelo movimento circulatório do capital. Isso quer dizer que, as tipologias das redes, a centralidades e hierarquia urbana – expressa via rede urbana, são consequência das formas de interações espaciais que a própria lógica produtiva do capitalismo (divisão territorial do trabalho) impõe sobre o território em estágios de desenvolvimento desigual, porém combinado. Seguindo essa esteira conceitual será dado destaque para o estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2018) no qual identifica e analisa a rede urbana fazendo uma relação hierárquica dos centros urbanos e as regiões de influência das cidades, que mostra a forma pela qual as cidades se relacionam “entre si, através do deslocamento de pessoas em busca de bens e serviços, bem como pelas ligações entre sedes e filiais de empresas e instituições públicas multilocalizadas (figura 05).

**Figura 05: Hierarquia e rede urbana de Santa Catarina a partir do Regic 2018.**





Podemos entender a rede urbana de Santa Catarina conforme a centralidade que cada cidade ocupa, seja pelo número de pessoas; tamanho e a distribuição dos núcleos de povoamento, que podem variar, mas que todos são considerados localidades dotadas de funções centrais que, guardadas as suas proporções e escalas de atuação, se complementam regionalmente ou exerce sua influência regional, sendo que a centralidade (figura 05) de cada núcleo tem como premissa o grau de importância que terá a partir das suas funções centrais.

Portanto, podemos entender a rede urbana de Santa Catarina conforme a centralidade que cada cidade ocupa, seja pelo número de pessoas; tamanho e a distribuição dos núcleos de povoamento, que podem variar, mas que todos são considerados localidades dotadas de funções centrais que, guardadas as suas proporções e escalas de atuação, se complementam regionalmente ou exerce sua influência regional, sendo que a centralidade de cada núcleo tem como premissa o grau de importância que terá a partir das suas funções centrais. Dessa forma, cada centro ou centralidade dessa rede urbana, com menor ou maior participação no processo global de produção, participa de um ou mais circuitos da produção – atuando primordialmente na produção, distribuição ou consumo de bens, serviços e informações que se efetivam e constituem a(s) rede(s) urbana(s). Trata-se, aqui, de uma perspectiva escalar diante da construção das hierarquias, ora menos e ora mais fluidas.

## **METODOLOGIA**

No modo de produção vigente desigual e combinado tem algo que está intrinsecamente na base de acumulação – uma dinâmica que impõe mudanças permanente nas estruturas produtivas que, por sua vez, de forma dialética força um avanço mutacional das infraestruturas (da rede técnica) em escala mundial, mas, primordialmente na escala regional. Nesta esteira e dinâmica capitalista (mundialização do capital) nos remete ao apontamento dos estudos das redes técnicas na escala regional, sobretudo, o papel do Estado frente ao desenvolvimento regional brasileiro.

Nesse sentido, partindo de breves considerações conceituais da rede urbana e da divisão territorial do trabalho no estado de Santa Catarina e como premissa e objetivo específico buscase apresentar os apontamentos da rede urbana catarinense de tal forma que, é necessário e fundamental compreender e apontar o processo de circulação, transportes e Logística, da estrutura material e imaterial sobre o territorial catarinense para contribuir com o debate e conhecimento da organização e estrutura produtiva e da temática da rede urbana no estado de Santa Catarina.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo geral, falar em rede urbana ou em redes geográficas, há que se considerar a divisão territorial do trabalho, as etapas da produção, da circulação, do consumo, o papel que a comunicação, o setor do comércio e serviços que atuam na formação e dentro desta rede. Sobretudo, cabe destacar que não é possível falar em rede urbana sem levar em consideração as formas de interações espaciais presente sobre o território aqui estudado. Portanto, falar em centralidades urbanas, passa necessariamente pelo o papel que esse centro desempenha em algumas das etapas do capitalismo, de tal modo que o processo de desenvolvimento do capitalismo e sua reprodução produz uma configuração espacial, que nesse caso, pode ser expressa via rede urbana.

De forma que definir qual rede urbana existe atualmente em Santa Catarina sua configuração e hierarquia urbana é algo que passa pela análise dos fluxos e quais tipos, além da sua intensidade sobre o território. Fluxos esses possível de ser mensurado a partir das formas e do papel que as interações espaciais desempenham sobre o território e na formação da rede urbana catarinense. De sorte que caracterizar à hierarquia urbana, é caracterizar o papel e importância que as formas de concentração espacial urbana, a integração e fragmentação territorial e interação espacial (ou demanda por mobilidade e conexões), quais caracterizam os fluxos entre pontos fixos situados em distintas localizações em uma cidade ou em cidades diferentes.

O que se pode inferir até o momento é que os elementos constituintes do movimento circulatório do capital (produção, distribuição, circulação e consumo) e seu processo de evolução atuaram e atuam diretamente na organização territorial de Santa Catarina e, por conseguinte, na formação e configuração da rede urbana que passam necessariamente pelo processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção e pelas formas de interações espaciais geradoras de centralidades e de hierarquias urbanas no estado catarinense. Assim sendo, cabe destacar e ponderar que não é possível estudar o processo de formação da rede urbana de Santa Catarina sem que façamos um panorama da formação socioespacial, primordialmente, utilizando tal processo de formação como possibilidade metodológica para caracterizar a configuração e dinâmica da rede urbana catarinense e suas formas de interações espaciais.

A partir da presente discussão é possível afirmar que cada centro ou centralidade de uma rede urbana, seja com menor ou maior participação no processo de produção capitalista irão





participar de um ou mais circuito da produção – primordialmente na produção, distribuição ou consumo de bens, serviços e informações que se efetivam e constituem a(s) rede(s) urbana(s) diante da construção das hierarquias, ora menos e ora mais fluidas, que passam necessariamente pelas especializações dos sistemas técnicos e das formas de interações espaciais.

## REFERÊNCIAS

CARIO, Silvio. A. F.; FERNANDES, R. L. Indústria em Santa Catarina: processo de desindustrialização relativa e perda de dinamismo setorial. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyedo. N. (Org.) A Socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI, Chapecó: Argos 2010. p.197-247.

SILVEIRA, M. R.; COCCO, G, R. Interações Espaciais, transporte público e estruturação do espaço urbano revista brasileira de estudos urbanos e regionais s v. 1 2, n. 1 / maio 2010.

CORRÊA, R. L. A rede urbana. Rio de Janeiro: Ática, 1994.

CORRÊA, R. L. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p.

CORRÊA, R. L. Os estudos de redes urbanas no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, v. 29, n. 4, p. 93-116, out./dez. 1967.

CORRÊA, R. L. Estudos Sobre a Rede Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Centro de Documentação e Disseminação de Informações Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados da Sinopse por setor censitário. Rio de Janeiro 2011.

IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/> <acessado em julho de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de Influência das Cidades – REGIC. Disponível em <Acesso em julho de 2021.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.